

Crises Humanitárias: Enfrentamento e Prevenção¹

Marijane Vieira Lisboa 2

Os últimos dez anos do século XX apresentaram uma intensificação do que está se convencendo chamar de *crises humanitárias*. Milhares de pessoas vítimas de guerras civis, limpezas étnicas ou genocídios. Assassinatos em massa, estupros de mulheres e crianças, mutilações, arregimentação forçada de meninos como soldados e de meninas como prostitutas. A lista de horrores é longa e se estende por quase todos os cantos do planeta: África, Ásia, Europa e América Latina. (1)

Essa intensificação das crises humanitárias encontra parte de suas causas nesta etapa recente da história da humanidade que está sendo chamada de globalização. De fato, o fim do período da Guerra Fria e do bipolarismo, longe de instaurar um período de paz mundial, trouxe consigo uma intensificação dos conflitos nos níveis regional e nacional. As razões para isso são múltiplas. Como aponta Rufin (2), no período da Guerra Fria, tanto os EUA como a União Soviética exerciam certo controle sobre as suas áreas de influência, impedindo que conflitos locais ou regionais extrapolassem certos limites éticos, como por exemplo, o ataque indiscriminado a populações civis. Após o fim da Guerra Fria, no entanto, grupos armados e facções envolvidas em guerras civis não têm mais que prestar contas a potências superiores. Assim, vem-se observando que em muitos casos de guerras civis ou guerras étnicas, as próprias populações civis se transformaram em alvo predileto das operações militares (3). As "limpezas étnicas", incluindo assassinatos em massa, estupro sistemático de mulheres e a destruição dos bens das minorias perseguidas, passaram a ser uma constante em todas essas guerras civis.

Além disso, findo o patrocínio das guerras civis pelas potências da Guerra Fria e não tendo mais quem lhes forneça armas e recursos, os grupos em luta armada desenvolvem formas de "financiamento" de suas atividades que vitimizam a população civil, como extorsões de dinheiro e suprimentos, seqüestros de indivíduos em troca de resgate, arregimentação forçada de jovens nos seus bandos armados, envolvimento forçado de camponeses em plantio de drogas e até aprisionamento e venda de pessoas como escravas (4).

Também a exclusão crescente de amplas áreas do Terceiro Mundo da economia globalizada pode ser considerada como uma das causas da intensificação e eclosão de conflitos internos nessa parte do planeta (5). Tradicionais exportadores de matérias primas, grande parte dos chamados países em desenvolvimento viram declinar o preço de suas mercadorias de exportação, enquanto cresciam as importações de *commodities* do mundo industrializado. Sem recursos que lhes

¹ Texto produzido para I Colóquio Internacional de Direitos Humanos. São Paulo, Brasil, 2001

² Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, Diretora Executiva da Associação Civil Greenpeace e professora de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, Brasil.

permitam investir nas modernas tecnologias, muitos desses países não têm qualquer futuro na nova economia globalizada. Nesse contexto, é fácil que conflitos latentes entre etnias ou regiões ganhem nova força, especialmente naqueles países que nunca experimentaram práticas democráticas para gerir conflitos. Esse é o quadro típico dos países africanos, mas também serve para explicar os conflitos no mundo ex- socialista.

Finalmente, devemos reconhecer o fato de que a globalização política e cultural, com a formação de uniões e blocos econômicos, pode ser percebida como uma ameaça às identidades nacionais, em especial àquelas cujo processo de formação ainda é recente e instável. Combinada com o fenômeno da exclusão econômica acima comentado, tal percepção de ameaça às identidades nacionais vem estimulando surtos xenófobos e racistas em vários desses países do Terceiro Mundo (6).

Porém, a percepção de que haja uma intensificação das crises humanitárias, e mesmo o próprio conceito de *crise humanitária* são eles mesmos fenômenos decorrentes da globalização. Assim, se por um lado a globalização intensifica esses conflitos militares ao eliminar as potências controladoras e acentuar a exclusão econômica de certas áreas do planeta, por outro lado é a globalização cultural de valores morais como os da natureza geral dos direitos humanitários e dos direitos humanos o que torna tão intolerável que populações civis sejam alvo de agressões e sensibiliza a opinião pública internacional. Os meios de comunicação modernos como a TV, a Internet, a emissão de imagens por satélites, por outro lado, garantem que os horrores das crises humanitárias cheguem a todos os lares em tempo real, tornando cada indivíduo um responsável moral pelo que acontece em longínquos recantos do planeta.

A percepção de que somos todos responsáveis pelo que ocorre no mundo está se aprofundando na consciência dos indivíduos. Isso pode ser medido pela velocidade, ou melhor pela redução da demora com que a comunidade internacional tem reagido a situações de crise humanitária. A guerra da Bósnia exigiu mais tempo de horrores do que a de Kosovo para que as potências européias intervissem. A intervenção em Kosovo, embora objeto de muita controvérsia nos ambientes intelectuais e politizados, contou com o forte apoio das opiniões públicas dos EUA, Inglaterra e França. A ONU pode se dar ao luxo de ignorar as advertências das organizações não governamentais quanto à eminência de um genocídio em Ruanda, em 1994, mas daí em diante nunca mais pôde abandonar o terreno, tendo que instaurar no país um tribunal penal especial. A destruição sistemática do Timor Leste pelo exército e para-militares indonésios foi detida por uma intervenção unilateral da Austrália, logo apoiada por outros países, inclusive o Brasil, e referendada pela ONU.

Um momento paradigmático dessa percepção de que todos somos responsáveis moralmente pelo que acontece aos outros no planeta foi o debate que se instituiu em torno da legalidade do julgamento do ex-ditador chileno Pinochet por um tribunal inglês. Pela primeira vez afirmou-se que todos os países são responsáveis pelo julgamento daqueles que cometeram crimes contra a humanidade, como genocídios e assassinatos em massa de oponentes, independentemente da nacionalidade dos criminosos. Em que pese o fato da justiça inglesa ter desistido de julgar Pinochet por acreditar que sua saúde o

incapacitava de defender-se durante o processo, o precedente estabelecido pela corte inglesa - ao se considerar competente para julgá-lo - certamente se constitui em um dos episódios mais expressivos da recente história internacional dos Direitos Humanos. Após esse julgamento, todos os ditadores do mundo sabem que algum dia terão que responder pelos seus crimes, em algum lugar do planeta. A prisão e o julgamento de Milosevic, em Haia, confirma essa nova realidade. Um político que até dois anos atrás se sentava com os líderes do Ocidente para discutir a guerra da Bósnia e depois os conflitos em Kosovo, hoje está em Haia, sendo julgado pelo Tribunal Internacional *ad hoc* para a Ex-Iugoslávia.

A crescente sensibilização da opinião pública internacional para as crises humanitárias exige que se estude as formas pelas quais a comunidade internacional pode providenciar ajuda e proteção às populações vítimas das guerras civis. Um exame de diferentes casos e formas de atuação da comunidade internacional, seus sucessos e fracassos, mostram-nos que não existem receitas prontas. Por vezes a intervenção militar logra a cessação das hostilidades, como no caso de Timor Leste. Em outros, como na Somália, ela é inteiramente ineficaz. As “zonas de segurança” protegidas pelos capacetes azuis da ONU, durante a Guerra da Bósnia, sabidamente funcionaram como ratoeiras para a minoria muçulmana. Pensando estar protegida pela ONU, essa minoria se concentrou nessas zonas, tornando-se presa fácil das tropas sérvias, que bombardeiam e invadem as cidades abandonadas pelos capacetes azuis, sem mandato da ONU para enfrentar militarmente o exército sérvio. A intervenção da OTAN em Kosovo, por outro lado, veio mostrar como a utilização de bombardeio sistemático como tática para dissuadir os agressores militares de populações civis não é eficaz. Não sendo capazes de serem realmente seletivos, os bombardeios atingem também a própria população vítima da guerra e os demais civis inocentes, não conseguindo, por outro lado, interromper as operações de “limpeza étnica”, que inclusive se intensificam.

No entanto, é preciso reconhecer que só intervenções militares são capazes de deter as operações de massacre quando essas se deslancham. Genocidas não são sensíveis a argumentos morais. Também não o são às longas negociações, em nome dos princípios de não intervenção e busca de soluções diplomáticas e pacíficas, que antecedem intervenções militares. Enquanto as negociações se desenrolam em ambientes amenos milhares de inocentes são trucidados e violentados.

Os bloqueios econômicos são outro recurso usualmente cogitado para pressionar governos que insistem em agredir suas populações civis ou a de países vizinhos. No entanto, freqüentemente os grupos dirigentes responsáveis pelas agressões à população civil, longe de serem prejudicados com os bloqueios, deles usufruem. Controlando o contrabando que se institui, dele obtêm fonte extraordinária de renda para financiar a continuação das guerras, como é o caso, por exemplo, da claque de Sadan Hussein, no Iraque. A população civil, sim, sofre com a falta de medicamentos, alimentos e insumos básicos, e seu sofrimento e descontentamento ainda são manipulados pelos grupos dominantes, que responsabilizam a comunidade internacional pelos seus padecimentos.

A ajuda humanitária providenciada pelos órgãos intergovernamentais, como a ACNUR, e pelas organizações não governamentais, como a Cruz Vermelha, os Médicos Sem Fronteiras, a Anistia Internacional, e outras menos conhecidas, tem sido extraordinariamente importante, mas padece de sérias limitações. Essas entidades só podem atuar quando os grupos beligerantes lhes permitem ingressar nas áreas onde se encontram as populações desprotegidas. Isso nem sempre acontece e quando acontece por vezes implica negociações escusas com esses grupos, desde calar-se sobre crimes ali cometidos até distribuir a esses grupos alimentos e remédios. Às vezes, as organizações humanitárias são autorizadas a realizar seu trabalho apenas para se verem em seguida expulsas, depois de terem seus carros, equipamentos e outros recursos confiscados. Tudo isso torna imensamente difícil para essas entidades decidirem se devem ou não entrar e permanecer em certas regiões de conflito (7).

Além da advertência aos genocidas através dos julgamentos internacionais, da intervenção militar, das pressões diplomáticas, do bloqueio econômico e da ajuda humanitária pouco mais se pode fazer. Mais grave ainda, é quando um receituário tão pouco eficaz é enfraquecido pela sistemática recusa do direito de asilo àquelas poucas vítimas que conseguem fugir do centro dos horrores. O surgimento da categoria dos “deslocados internos” é em grande parte resultado da recusa de países vizinhos a cumprir com sua função de conceder asilo aos perseguidos. Eles mobilizam-se para organizar campos de refugiados dentro dos próprios países em conflito, de modo a evitar que esses perseguidos cruzem as fronteiras e venham refugiar-se em seus territórios. A recusa em lhes conceder refúgio, no entanto, significa manter tais refugiados em situação de risco, pois eles continuam ao alcance de seus algozes (8).

É importante notar que esse pequeno arsenal de políticas capaz de ser acionado em casos de crise humanitária só é realmente acionado caso as crises humanitárias cheguem ao conhecimento da opinião pública dos países líderes da comunidade mundial e a sensibilize. Como os casos de Ruanda, Bósnia, Kosovo e Timor o comprovam, os governantes das nações líderes do planeta são extremamente hesitantes quanto ao que fazer nessas situações. É preciso que sofram uma pressão continuada da opinião pública de seus países para que reajam. Por isso, o papel de entidades de ajuda humanitária em denunciar os crimes que estão sendo cometidos contra populações civis e a ausência de intervenção internacional é tão ou mais importante do que a própria ajuda que essas entidades possam prestar a essas populações. Nesse sentido, nunca vale a pena deixar de insistir na enorme ajuda que a Internet trouxe para essas entidades, permitindo-lhes rapidamente enviar imagens e depoimentos sobre o que está realmente ocorrendo em certas regiões do globo, distantes da grande mídia. Atrair a mídia e torná-la comprometida com a missão de contar o que está ali acontecendo é condição *sine qua non* para obter mais tarde o apoio da opinião pública e, assim, a intervenção dos governos influentes da comunidade internacional e órgãos intergovernamentais. Essas entidades de ajuda e de direitos humanos, no entanto, necessitam melhorar as suas estratégias de comunicação, de modo a efetivamente chegarem à opinião pública. A mera realização de conferências de imprensa ou lançamento de relatórios não chega a conquistar grandes espaços na mídia. Seria interessante que essas entidades utilizassem estratégias de ação direta, ou seja, atos, teatralizações, manifestações

que produzissem imagens poderosas, atingindo assim a televisão, principal forma de comunicação de massa em nossa época (9).

A conclusão de que o arsenal de medidas para debelar as crises humanitárias não é nem grande nem muito eficaz nos deveria conduzir a pensar em outra direção, qual seja, na linha preventiva. É possível evitar a eclosão de crises humanitárias? Todas as análises *a posteriori* de diversos casos – Ruanda, Kosovo, Timor Leste - mostram que os sinais das crises estavam lá, evidentes, para quem quisesse ver. A intensificação de crises econômicas e caos político, junto com o surgimento ou recrudescimento de campanhas xenófobas ou racistas indicavam claramente a elevação da temperatura até o ponto de ebulição. Isso nos permite pensar que caso houvesse um acompanhamento mais cuidadoso do cenário político desses países, uma combinação de políticas de auxílio econômico para um desenvolvimento sustentável com uma clara postura diplomática de favorecimento de práticas democráticas e de condenação a regimes que desrespeitem os direitos humanos, associadas a um combate sem tréguas a todas as formas de intolerância, poderia ter feito abortar aquelas crises humanitárias, poupando milhões de vidas.

A necessidade de adotar políticas de prevenção para evitar crises humanitárias se reforça ainda mais quando observamos que as guerras civis e conflitos étnicos, uma vez iniciados, tendem a se auto-alimentar. A lógica da *vendetta* arrasta gerações consigo, num torvelinho em que se perdem as razões iniciais que provocaram um conflito, se é que elas efetivamente existiram e impossibilitam a busca de soluções pacíficas. O sangue reivindica o sangue numa lógica perversa tão bem exposta no romance de Ismael Kundera, *Abril Despedaçado*.

Se, portanto, a comunidade internacional resolver enfrentar o desafio que é sentir-se responsável pela garantia dos direitos humanitários a todos os cidadãos dessa nossa Terra, ela terá que migrar das políticas *post factum* para aquelas preventivas. Só assim seremos capazes de diminuir significativamente as espantosas tragédias que se abatem, subitamente, sobre parcelas indefesas da humanidade.

(1) A situação de mais de um milhão de colombianos, deslocados internos, expulsos de suas terras devido à guerra entre guerrilhas, paramilitares e exército regular, com seus milhares de mortos, violentados, famílias separadas, propriedades abandonadas já poderia ser chamada de uma crise humanitária. Também a região do Peru, cenário das operações das guerrilhas Sendero Luminoso e do exército peruano, abriga uma população rarefeita, que sofreu toda a sorte de abusos de ambos os lados da contenda: deslocados internos, órfãos, famílias com muitos desaparecidos ou assassinados.

(2) Jean-Christophe Rufin, *O Império e os Novos Bárbaros*, Editora Record, Rio de Janeiro, 1991.

(3) Iain Guest e Françoise Bouchet-Saulnier, *International Law and Reality: the Protection Gap* in Médecins Sans Frontières, *World in Crisis: the politics of survival at the end of the 20th century*, Londres e N. Iorque, Routledge, 1997.

(4) Segundo denúncias de entidades humanitárias, no Sudão e na Nigéria, pessoas têm sido aprisionadas e vendidas posteriormente como escravas para outras comunidades ou países.

(5) Ver análise sobre isso em Fernando Mourão de Albuquerque, *Fatores Internos e Externos da Crise em Dossiê África/Brasil*, Revista USP, n. 18, 1993..

(6) A perseguição à minoria chinesa na Indonésia, aos cristãos nas Filipinas e a vitória do partido nacionalista e xenófobo na Índia são exemplos assustadores desses surtos.

(7) Ian Guest e Françoise Bouchet-Saulnier, *Idem*.

(8) François Jean, *The Plight of the World's Refugees: at the crossroads of protection* in Médecins Sans Frontières, *World in Crisis: the politics of survival at the end of the 20th century*, Londres e N. Iorque, Routledge, 1997.

(9) A Greenpeace - entidade ambientalista que completa, em setembro de 2001, trinta anos de existência - caracterizou-se por gerar imagens capazes de comover as audiências internacionais. Nos anos 70, combatendo os testes nucleares franceses na Polinésia, ou a caça das baleias nos oceanos, a Greenpeace dispunha de equipamento capaz de transmitir

imagens via satélite, o que lhes permitiu documentar as batalhas marítimas dos seus ativistas contra os navios de guerra franceses ou os barcos baleeiros.